

PRÁTICAS CONTÁBEIS DE GESTÃO AMBIENTAL CORPORATIVA DE EMPRESAS BAIANAS

Resumo

O presente estudo investigou eficácia das estratégias de evidenciação ambiental corporativa para o desempenho organizacional das empresas baianas que exploram recursos naturais não renováveis (RNNR), entre o período de 2002 a 2006. Foi utilizada a base de dados da FIEB para levantar as empresas de médio e grande porte, com matriz na Bahia, atuantes no setor de extração de petróleo e gás, extração de minério e extração de minerais metálicos não ferrosos. Foram encontradas vinte e oito, desse total, apenas onze concordaram em participar da investigação, respondendo ao questionário, que foi enviado por e-mail para os *controllers* e contadores de cada organização. Utilizou-se como ferramenta de aplicação de procedimentos estatísticos o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 18, e a tabulação, análise e interpretação dos dados coletados foram feitas por meio de séries estatísticas. As descobertas da investigação apontam que 67% das empresas pesquisadas utilizam Relatório da Administração, para evidenciar as informações socioambientais, indicando que a maioria das empresas adota como tipo de Relatório de Sustentabilidade o modelo proposto pelo Instituto ETHOS. Quanto às práticas contábeis aplicadas para o reconhecimento do RNNR, o estudo indica que mesmo parcialmente tais organizações têm buscado segregar os registros de forma a evidenciar as atividades socioambientais em sua divulgação externa. Quanto à medição do indicador de eficiência ambiental do setor, percebe-se que todas as empresas pesquisadas de alguma forma alcançaram tal indicador, sendo que a menor escala obteve 52,86 pontos e a maior 72,31 pontos.

Palavras-Chaves: Práticas contábeis ambientais. Gestão Ambiental Corporativa. Recursos Naturais não Renováveis.

1 Introdução

Os recursos naturais não renováveis (RNNR) - gás, minas, petróleo e outros - são geradores de riqueza para os países que os exploram. Sabendo tratar-se de recursos esgotáveis, os órgãos ambientais têm se manifestado num intuito de criar legislações e normas para conter uma exploração indiscriminada de tais recursos. Afinal, a má utilização e exploração de alguns recursos não renováveis, apresentam-se como uma das principais atividades danosas ao meio ambiente. O Banco Mundial utilizando dados do Sistema de Projeção de Poluição Industrial (IPPS) apresenta o segmento petroquímico como de grande potencial poluidor para diversos tipos diferentes de poluentes, ressaltando ainda os altos riscos de derramamentos de petróleo e seus derivados.

Em função disso, atualmente, existe uma busca incessante da sociedade em cobrar, tanto das empresas, quanto dos governantes, um desenvolvimento econômico sustentável, principalmente, após os alertas de cientistas e pesquisadores em relação as alterações climáticas e ambientais da Terra (GOMES e GUBERT, 2007). Aos poucos as organizações vem se adaptando a essa nova realidade e percebendo que a divulgação de informações

ambientais e de trabalhos em prol do meio ambiente trazem uma boa imagem para empresa e torna não só os sócios, mas a comunidade, em geral, consciente da realidade da mesma.

Assim, tornou-se muito importante obter e evidenciar informações objetivas e claras sobre a postura ambiental adotada pelas companhias, de maneira a possibilitar a comparação e acompanhamento pelos diversos usuários. Esse nível de transparência é útil tanto para os atuais sócios como para futuros investidores e também a comunidade em geral, que está preocupada com o futuro do meio ambiente.

Mesmo com o avanço das pesquisas nesta área, há algumas questões que necessitam de respostas, tais como: Quais organizações baianas que exploram RNNR divulgam informações sobre os investimentos em recuperação do meio ambiente? Que modelo essas empresas utilizam para comunicar sua performance ambiental? Os modelos adotados estão alinhados com as estratégias organizacionais? Quantas medem a eficácia do modelo para a performance organizacional? Quais práticas contábeis são adotadas para o reconhecimento e divulgação da recuperação do meio ambiente após o uso dos RNNR? Diante de tais questões, tem-se como fundamental investigar as práticas contábeis adotadas para o reconhecimento e mensuração das atividades socioambientais de empresas baianas que exploram RNNR, assim como elas medem a eficácia das estratégias de evidenciação ambiental corporativa, visto que tal prática impacta o desempenho organizacional.

Esta pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPEB) e desenvolvida no segundo semestre de 2010, além de buscar responder as indagações acima, apresenta um quadro de referência sobre as práticas de reconhecimento e mensuração dos eventos socioambientais das empresas baianas, apresenta, também, um esclarecimento sobre a eficácia das estratégias de evidenciação ambiental corporativa para o desempenho organizacional de tais organizações.

O presente artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução que apresenta a contextualização do problema, o objetivo e relevância da pesquisa, tem-se: a segunda seção na qual faz-se uma revisão da literatura sobre o tema, a terceira seção descreve a metodologia utilizada na pesquisa empírica, em seguida a quarta apresenta à análise dos dados e por fim a quinta seção traça as considerações finais sobre a pesquisa.

2 Fundamentação Teórica

O desenvolvimento econômico e tecnológico que ocorreu após a Revolução Industrial ampliou a produção de riqueza no mundo, em alguns casos isso significou maximização da utilização dos recursos naturais, ignorando serem renováveis ou não. Nos últimos anos, entretanto, isso vem mudando e a sociedade tem cobrado tanto das empresas como do governo um desenvolvimento econômico sustentável.

O alcance de tal patamar de desenvolvimento depende diretamente da evolução das pesquisas. Na área de contabilidade ambiental, segundo Clarkson, Richardson e Vasvari (2007) a pesquisa pode ser categorizada em três grupos: o primeiro grupo, avalia a relevância da informação para performance ambiental corporativa (Cormier, Magnan e Morard 1993, e Richardson e Welker 2001), este tipo de pesquisa responde a necessidade dos inventores em calcular o passivo ambiental das empresas. O segundo grupo examina os fatores que impactam a decisão gerencial em divulgar informações sobre o passivo ambiental. As pesquisas, nesta área, têm demonstrado que há fatores estratégicos que influenciam a decisão pela divulgação de informações sobre passivo ambiental (Patten, 1992; Barth, McNichols e Wilson, 1997). O terceiro grupo investiga a relação entre a evidenciação de informações

ambientais e a performance ambiental (Ingram e Frazier 1980, Wiseman 1982, Freedman Wasley 1990, Clarkson, Richardson e Vasvari 2007).

A evidenciação de informações ambientais é voluntária e, de acordo com Cunha e Ribeiro (2008, p.1) em um estudo realizado entre 2003 a 2006, está associada positivamente ao nível de governança corporativa, ao desempenho, ao tamanho e à divulgação em período anterior. Nossa (2002, p.86) destaca que, geralmente, no disclosure voluntário é exposto apenas o que a companhia apresenta de positivo. Tal fato também foi constatado nos estudos desenvolvidos por Deegan e Rankin (1996), Hackston e Milne (1996) e Deegan et al. (2002) que identificaram uma tendência maior de divulgação de informações favoráveis à imagem da empresa, quando se trata do disclosure ambiental voluntário. Nessa mesma linha, Ashcroft (1999.p. 29), baseado no estudo de Lang e Lundholm, confirma que as empresas com desempenho ambiental acima de certo nível desejável, evidenciam mais informações do que aquelas que possuem desempenho ambiental inadequado.

O interesse crescente em expor tais informações, na opinião de Nossa (2002, p. 87 e 88) tem sido influenciado, pela forte pressão exercida pelos stakeholders e concorrentes, além dos diversos prêmios e o *ranking* de relatórios ambientais instituídos por vários órgãos ambientais.

Calixto (2007) evidencia que os setores de siderurgia/metallurgia, energia elétrica, química/petroquímica e saneamento básico são os que mais possuem empresas que divulgam informações sobre o meio ambiente, quantidade e qualidade destas informações. Acredita-se que este fato ocorre justamente pela regulamentação legal destes setores, assim como a percepção dos impactos que geram, sendo estes de grandes proporções.

Nesse sentido, Costa e Marion (2007) realizaram um estudo com empresas do setor de papel e celulose através do *site* da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e seus *sites* oficiais. O resultado indicou que existe grande dificuldade em se analisarem as informações ambientais devido à falta de uniformidade na estrutura dos relatórios utilizados pelas empresas e pelo uso, na maioria das vezes, de textos sem qualquer tipo de preocupação com os dados que possam vir a serem retirados deles.

Calixto (2007) em uma investigação com 80 companhias de capital aberto que exercem atividades potencialmente poluidoras no Brasil, analisou o conteúdo e o tratamento dado às questões ambientais nos relatórios contábeis divulgados por estas empresas, no período de 1997 a 2005 e confirmou o que muitos autores já haviam identificado: é crescente o número de empresas que divulga informações sobre o meio ambiente a cada ano e, as informações divulgadas sobre a certificação ambiental e licenciamento ambiental são as mais enfatizadas pelas companhias, assim como investimentos ambientais e declaração de preocupação com o meio ambiente.

Clarkson, Richardson e Vasvari (2007) desenvolveram uma pesquisa com base em teorias econômicas e política-social de divulgação voluntária, usando um delineamento de pesquisa mais rigoroso. O foco do estudo foi a evidenciação ambiental discricionária e uma análise de conteúdo no guia de sustentabilidade indexado no *Global Reporting Initiative* (GRI) para assegurar a abrangência da divulgação discricionária nos relatórios de responsabilidade social e ambiental. Foi usada uma amostra de 191 empresas dos cinco setores mais poluentes (celulose e papel, químico, óleo e gás, mineração e energia), e o resultado da pesquisa indica que há uma relação positiva entre performance ambiental e o nível de divulgação ambiental discricionária. Para os autores, o resultado é consistente com os pressupostos da teoria de evidenciação econômica, porém inconsistente com a associação negativa predita pela teoria política-social. Entretanto, eles demonstraram que as teorias

política-social explicam determinados modelos que não podem ser explicados pelas teorias econômicas de divulgação.

Em relação aos registros contábeis de RNNR, especificamente petróleo e minérios, possuem as suas particularidades, não só para fins de mensuração dos ativos, como para exaustão e constituição de passivos ambientais, relativamente ao reconhecimento dos custos com abandonos e fechamentos de minas e poços. Na visão de Martins e Ribeiro (1995) os passivos ambientais têm origem em gastos relativos ao meio ambiente, os quais podem constituir-se em despesas do período atual ou anteriores, aquisição de bens permanentes, ou na existência de riscos de estes gastos virem a se efetivar. Assim, a contabilização dos RNNR é efetuada com base em duas abordagens: i) direito de exploração - quando a empresa recebe do governo o direito à exploração de determinada área, não possuindo a posse sobre o domínio; ii) proprietária de domínio - quando a empresa é proprietária do domínio, ou seja, é detentora da posse e do direito de exploração da área.

3 Procedimentos Metodológicos

Utilizou-se a Base de Dados da Federação da Indústria do Estado da Bahia - FIEB para selecionar as empresas que exploram recursos naturais não renováveis, delimitando a amostra com empresas atuantes no setor de extração de petróleo e gás, extração de minério e extração de minerais metálicos não ferrosos. Encontrou-se 28 entidades. Então, essas empresas foram contactadas para consultar sobre o interesse em participar da pesquisa. Apenas 11 concordaram em participar da investigação, respondendo ao questionário, que foi enviado por e-mail. Ao mesmo tempo, verificou-se se tais empresas disponibilizavam em seus sites informações sobre estratégias de evidenciação ambiental corporativa, no período de 2002 a 2006, e ou nas Demonstrações Contábeis (DCs).

Como instrumento de coleta de dados foi usado o questionário. O questionário foi estruturado em três blocos de perguntas: o primeiro bloco de questões objetivou delinear o modelo de reportar as informações socioambientais, ou seja, o modelo de Relatório de Sustentabilidade. Assim sendo, foi composto por três perguntas com escala diversificadas; o segundo bloco buscou identificar as práticas contábeis usadas para o reconhecimento e mensuração das ações socioambientais e se tais práticas estão alinhadas às Normas Brasileiras de Contabilidade, as quais, atualmente, estão em conformidade com as IFRS; o terceiro bloco de perguntas objetivou medir a eficiência das práticas socioambientais e se os respondentes identificam se há alguma relação entre os investimentos em ações socioambientais e o desempenho organizacional.

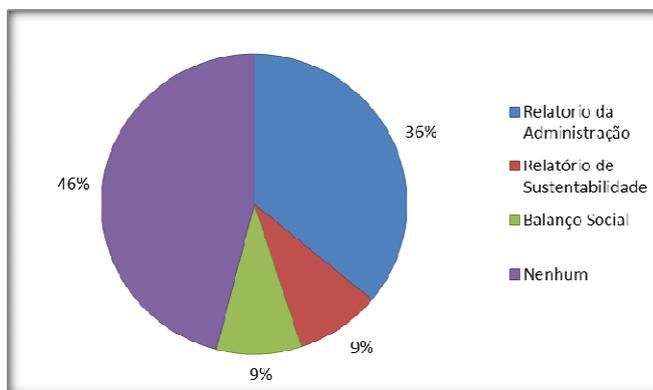
A análise dos dados foi feita por meio de séries estatísticas. Utilizou-se como ferramenta de aplicação de procedimentos estatísticos o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 18. Foram empregadas, para as devidas análises, a média como medida de posição, com a finalidade de sintetizar a informação contida na pesquisa e retratar uma tendência central dos dados; a amplitude como medida de dispersão; e a comparação de frequência por razão, proporção e percentagem.

4 Apresentação e Interpretação dos Resultados

Dentre as 11 empresas investigadas, apenas 06 apresentaram alguma forma de evidenciação da performance ambiental, sendo que 03 destas apresentaram estas ações através do relatório anual da administração, 02 destas através de relatório de sustentabilidade e 01 por

meio de relatório de responsabilidade social contendo o balanço social da organização, no qual foram evidenciadas as ações de impacto ambiental, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Formas de Evidenciação



Fonte: Dados da pesquisa, 2010

O resultado da pesquisa indica que 36% das empresas pesquisadas apresentam informações socioambientais através do Relatório da Administração, conforme Gráfico 1, enquanto o Relatório de Sustentabilidade e o Balanço Social representam praticamente 18% da preferência das empresas deste setor para divulgar as informações de natureza socioambiental. Da amostra de empresas analisadas, 46% não apresentam nenhuma forma de evidenciação de informações socioambientais.

Para identificar o modelo de reportar as informações socioambientais corporativa utilizado pelas empresas baianas que exploram RNNR, elaborou-se o conjunto de perguntas do bloco 1, cuja interpretação dos dados deu-se por meio das medidas de posição média e amplitude, com isto a frequência de respostas da amostra analisada das questões enumeradas no Bloco 1 estão apresentadas nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1. P2 - Assinale a alternativa que indica melhor o tipo de relatório de sustentabilidade elaborado e divulgado por sua empresa.

	Frequência	(%)
a) O relatório de sustentabilidade adotado define procedimentos de orientação para obtenção de dados internos sobre RSC sendo que cada indicador é formado por uma questão de profundidade, questões binárias e questões quantitativas.	1	9,1
b) O relatório de sustentabilidade contempla informações sobre benefícios aos trabalhadores, investimentos sociais e ambientais, acompanhado de algumas informações quantitativas e qualitativas.	4	36,4
c) O relatório de sustentabilidade elaborado pela empresa apresenta de forma integrada o desempenho sob as perspectivas econômica, ambiental e social da organização.	5	45,5
d) Os indicadores de desempenho socioambientais são organizados de forma hierárquica, agrupados em quatro categorias principais: governança; compromisso e engajamento; desempenho econômico; desempenho ambiental e social	1	9,1
Total	11	100,0

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Nota-se na Tabela 1, que das 11 empresas pesquisadas, em 5 delas os respondentes, ou seja 45,5%, considerou que o seu relatório de sustentabilidade, apresenta de forma integrada o desempenho e perspectivas econômica, ambiental e social da organização. Já 36,4% apontam tal relatório contemplando informações sobre benefícios aos trabalhadores, investimentos sociais e ambientais, acompanhado de algumas informações quantitativas e qualitativas. Entretanto, uma única empresa prioriza os aspectos de governança; compromisso e engajamento; desempenho econômico; desempenho ambiental e social, no

conjunto para a concepção de indicadores de desempenho. Dessa forma, conclui-se que a maioria das empresas utilizam o modelo do Instituto ETHOS.

Tabela 2 – Média e Dispersão das questões do Bloco 1 – Evidenciação das informações Socioambientais

	Questão 3.1	Questão 3.2	Questão 3.3
N	11	11	11
Média	3,64	3,73	3,36
Amplitude	4	3	4

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Em relação as médias dos resultados das respostas obtidas quanto a avaliação das questões referentes a Evidenciação das Informações Socioambientais, a Tabela 2 revela que os respondentes, em relação as questões 3.1, 3.2. e 3.3, apresentaram concordância parcial com as questões propostas, já que, houve posicionamento médio destas respostas acima do nível 3 (Nem concordo/ Nem discordo) da escala trabalhada. Quanto à amplitude, como medida de dispersão que é, apresentou para as questões 3.1 e 3.3 pontuação 4, que é a máxima possível para uma escala de 5 pontos, e a questão 3.2 apresentou amplitude de 3, que também pode ser considerada como alta. Estes resultados indicam alta dispersão entre as respostas obtidas, porém, uma concentração média similar de respostas.

Tabela 3 – 3.1 As informações socioambientais divulgadas voluntariamente por sua empresa em canais de comunicação permite ao cliente avaliar o grau de responsabilidade social.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Não concordo	1	9,1	9,1
Nem concordo nem discordo	4	36,4	45,5
Concordo Parcialmente	3	27,3	72,7
Concordo	3	27,3	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Os resultados obtidos quanto a questão 3.1, conforme Tabela 3, apresentam que a maioria dos respondentes, 54,6%, concordam total ou parcialmente que as informações socioambientais divulgadas voluntariamente por suas empresas em canais de comunicação, permitem ao cliente avaliar o grau de responsabilidade social implementado. Todavia, 4 respondentes, representando 36,40%, foram indiferentes ao aspecto de que a divulgação voluntária de tais informações é preponderante para os clientes avaliarem o grau de responsabilidade social de determinada organização.

Tabela 4 – 3.2 O relacionamento com clientes é reforçado por meio de informações sobre a empresa (histórico, missão, visão, políticas, organograma, mercados, principais parceiros e colaboradores) no site da empresa.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Não concordo parcialmente	1	9,1	9,1
Nem concordo nem discordo	5	45,5	54,5
Concordo Parcialmente	1	9,1	63,6
Concordo	4	36,4	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Os resultados apontados na Tabela 4 reportam uma alta proporção de respondentes indiferentes ao questionamento, totalizando 45,5% deste universo, paralelamente apenas 01 respondente concordou parcialmente, o que representou 9,10%. Todavia, 4 respondentes, representando 36,40%, concordaram totalmente quanto a assertiva de que o relacionamento

com clientes é reforçado por meio de informações sobre a empresa (histórico, missão, visão, políticas, organograma, mercados, principais parceiros e colaboradores) no site da empresa.

Tabela 5 – 3.3 A empresa divulga a quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado/ano para seus colaboradores e clientes.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Não Concordo	1	9,1	9,1
Não concordo parcialmente	1	9,1	18,2
Nem concordo nem discordo	4	36,4	54,5
Concordo Parcialmente	3	27,3	81,8
Concordo	2	18,2	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Observa-se que 36,40 % dos respondentes, constantes na Tabela 5, apresentaram indiferença ao quesito sobre a divulgação da quantidade de horas de desenvolvimento por empregado/ano para seus colaboradores e clientes. A proporção de respondentes que afirmam que essa informação é divulgada por sua empresa é de 45,5%, superior àqueles que não divulgam, que totalizam 18,2%. Fazendo um confronto da questão 3.3 com a 3.1, percebe-se uma convergência dos respondentes, apontando a proporção de empresas que divulgam informações voluntárias é similar a divulgação de informações sobre o desenvolvimento profissional por empregado.

As tabelas de 6 a 22 analisam as respostas do questionário quanto as práticas contábeis adotadas para reconhecimento e mensuração das ações socioambientais pelas empresas de RNNR e se estão em conformidade com as legislações do Conselho Federal de Contabilidade e CPC.

Tabela 6 - Média e Dispersão das questões do Bloco 2.1 – Práticas Contábeis

	Questão 4.1	Questão 4.2	Questão 4.3	Questão 4.4	Questão 4.5
N	11	11	11	11	11
Média	3,55	4,45	4,09	4,27	2,45
Amplitude	4	3	2	3	4

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Em relação as médias dos resultados das respostas obtidas quanto a avaliação das questões referentes às Práticas Contábeis adotadas para reconhecimento e mensuração dos impactos socioambientais, a Tabela 6 revela que os respondentes, em relação as questões 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 apresentaram concordância parcial com as questões propostas, já que, houve posicionamento médio destas respostas acima dos níveis 3 e 4 (Nem concordo/ Nem discordo e Concordo Parcialmente) da escala trabalhada. Em relação a questão 4.5, os resultados apresentaram que houve discordância por parte dos respondentes observando a média de respostas pouco acima do nível 2 da escala (discordo parcialmente). Quanto à amplitude, como medida de dispersão que é, apresentou para as questões 4.1 e 4.5 pontuação 4, que é a máxima possível para uma escala de 5 pontos, as questões 4.2 e 4.4 apresentaram amplitude de 3, que também pode ser considerada como alta, entretanto a questão 4.3 apresentou amplitude de 2, o que indica baixa dispersão de respostas.

Tabela 7 -4.1 Nos últimos 5 (cinco) anos a empresa adquiriu ou repôs algum equipamento para reduzir ou tratar os resíduos produzidos pela atividade e não os contabilizou como despesas de vendas.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Não Concordo	2	18,2	18,2
Não concordo parcialmente	2	18,2	36,4

Nem concordo nem discordo	1	9,1	45,5
Concordo	6	54,5	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

É possível afirmar que 54,5% das empresas analisadas informaram que nos últimos 5 anos foram realizados aquisições e/ou reposições de alguns equipamentos para reduzir ou tratar os resíduos produzidos pela atividade e, que os mesmo não foram contabilizados como despesas de venda. Por outro lado, 45,5% dos respondentes se posicionaram de maneira indiferente à esta questão, conforme Tabela 7.

Tabela 8 -4.2 O plano de contas da empresa está estruturado de modo a contabilizar os gastos com as atividades socioambientais.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Não concordo parcialmente	1	9,1	9,1
Nem concordo nem discordo	1	9,1	18,2
Concordo Parcialmente	1	9,1	27,3
Concordo	8	72,7	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Em relação a estruturação do plano de contas 81,8% dos respondentes afirmam que os mesmos estão organizados de modo a contabilizar os gastos com as atividades socioambientais, conforme demonstra a Tabela 8. Somente 2 respondentes (18,2%) informaram que o plano de contas não contempla essas rubricas.

Tabela 9 - 4.3 Os gastos com aquisição de equipamentos para gestão dos resíduos produzidos pela atividade são registrados em conta do ativo não circulante.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Nem concordo nem discordo	4	36,4	36,4
Concordo Parcialmente	2	18,2	54,5
Concordo	5	45,5	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

No que concerne aos gastos com aquisição de equipamentos para gestão dos resíduos produzidos pela atividade, demonstrados na Tabela 9, é possível inferir que 7 empresas (63,7%) os registram em contas do ativo não circulante. Por outro lado, 36,4 dos respondentes apresentaram um posicionamento neutro quanto a esta questão, indicando possivelmente falta de conhecimento do assunto.

Tabela 10 – 4.4 Os custos ambientais são gastos aplicados direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo, por isso a empresa os contabiliza em conta contábil específica.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Não concordo parcialmente	1	9,1	9,1
Concordo Parcialmente	5	45,5	54,5
Concordo	5	45,5	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Destarte, a presente pesquisa identificou, por meio da Tabela 10, que os custos ambientais aplicados de forma direta e indiretamente no processo produtivo, segundo 91% dos respondentes, são contabilizados em conta específica, somente 1 empresa afirmou não ter essa prática contábil.

Tabela 11 – 4.5 Os Ativos ambientais são investimentos destinados à preservação, proteção e recuperação ambiental, por isso a empresa possui ativo ambiental em seu Balanço Patrimonial.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Não Concordo	5	45,5	45,5

Nem concordo nem discordo	4	36,4	81,8
Concordo	2	18,2	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

No que diz respeito a presença de ativo ambiental no Balanço Patrimonial das 11 empresas, a Tabela 11, buscou empreender tamanha discussão. Os dados deixam transparecer que 45,5% das empresas não evidenciam o ativo ambiental em seu Balanço Patrimonial, uma vez que esse tipo de ativo é destinado a preservação, proteção recuperação ambiental. Além disso, as demais empresas 36,4%, nem concordaram e nem discordaram da informação, somente 2 (18,6%) realizam o referido procedimento.

Tabela 12 – 5.1 A aquisição da propriedade, onde os recursos naturais serão explorados, é contabilizada pelo valor de aquisição mais os gastos efetuados para a comprovação da viabilidade do negócio, somente quando se comprova viabilidade do negócio, no imobilizado.

	Frequência	(%)	(%)Acumulado
Verdadeiro	6	54,5	54,5
NS	2	18,2	72,7
Falso	3	27,3	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Os dados, Tabela 12, evidenciam que 6 (54,5%) das empresas pesquisadas fazem a contabilidade da propriedade pelo valor de aquisição mais os gastos efetuados para a comprovação da viabilidade do negócio, onde os recursos naturais são explorados, somente quando se comprova a viabilidade do negocio e que o mesmo é registrado no imobilizado. Além disso, constatou-se que apenas 2 (18,2%) empresas afirmam não saber e 3 (27,3) consideraram não fazer tal procedimento.

Tabela 13 5.2 -A empresa reconhece uma provisão para os custos de descontinuidade de poço de petróleo ou de central elétrica nuclear na medida em que a entidade é obrigada a retificar danos já causados

	Frequência	(%)	(%)Acumulado
Verdadeiro	7	63,6	63,6
NS	3	27,3	90,9
Falso	1	9,1	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Por meio pergunta exposta na Tabela 13 teve-se condições de verificar se as empresas reconhecem algum tipo de provisão para os custos de descontinuidade de poço de petróleo ou de central elétrica nuclear. Assim, conclui-se que é realizado reconhecimento de provisão para os custos de descontinuidade de poço de petróleo, bem como de central elétrica nuclear, na medida que a entidade é obrigada a retificar danos já causados (63,6%); em contrapartida, pode se perceber que apenas 3 empresas responderam não saber, seguido de 1 (9,1%) que não realiza tal reconhecimento de provisão.

Tabela 14 – 5.3 A empresa deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável.

	Frequência	(%)	(%)Acumulado
Verdadeiro	6	54,5	54,5
NS	3	27,3	81,8
Falso	2	18,2	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

A Tabela 14 traz para discussão o posicionamento das empresas baianas sobre a redução do valor recuperável do ativo intangível. Com base nos dados dessa tabela, verifica-se que 6 entidades (54,5%) das 11 que deram feedback na pesquisa, testam, no mínimo anualmente, a redução do valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável, somente 3 empresas (27,3%) informaram não saber do referido procedimento, seguido de apenas 2 (18,2%) não concordam.

Tabela 15 – 5.4 É prática da empresa divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e uma estimativa de seus efeitos financeiros.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Verdadeiro	5	45,5	45,5
NS	5	45,5	90,9
Falso	1	9,1	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Apresenta-se, na Tabela 15, a questão relacionada ao passivo contingente e a estimativa de seus efeitos financeiros. Inferiu-se, a partir das respostas, que apenas uma entidade apontou como falso, enquanto 45,5% indicaram como verdadeira a prática da empresa divulgar uma breve descrição da natureza do passivo contingente e uma estimativa de seus efeitos financeiros, para cada classe de passivo contingente na data do balanço. Vale destacar, que o mesmo percentual (45,5%) não soube responder.

Tabela 16 – 5.5 O ativo imobilizado e intangível são revistos anualmente para identificação de perdas não recuperáveis. Se o valor recuperável for menor do que seu valor contábil, este deve ser reduzido ao seu valor recuperável.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Verdadeiro	5	45,5	45,5
NS	4	36,4	81,8
Falso	2	18,2	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

A Tabela 16 evidencia a questão da revisão do ativo imobilizado e intangível. Diante dos dados apresentados, notou-se que 45,5% das empresas, realizam uma revisão anual no ativo imobilizado e intangível, para identificação de perdas não recuperáveis, e, encontrando um valor recuperável menor do que seu valor contábil, este é reduzido ao seu valor recuperável. Em contra partida, 18,2%, não realizam tal prática, enquanto 36,4% não souberam responder.

Tabela 17 – 5.6 É prática da empresa identificar o menor grupo de ativos que geram entradas de caixa, quando o valor recuperável não pode ser determinado para cada ativo individual.

	Frequência	(%)	(%) Acumuladp
Verdadeiro	5	45,5	45,5
NS	5	45,5	90,9
Falso	1	9,1	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

No que concerne a prática da entidade em identificar o menor grupo de ativos que geram entradas de caixa, Tabela 17, quando o valor recuperável não pode ser determinado para cada ativo individual, percebeu-se que o mesmo percentual de 45,5%, apontou como verdadeiro e não soube responder, enquanto apenas uma empresa considerou falsa, o que representou, em termos percentuais, 9,1%.

Tabela 18 – 5.7 A despesa de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada em períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual, se houver, em uma base sistemática sobre sua vida útil remanescente, depois do reconhecimento de uma perda por desvalorização.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Verdadeiro	2	18,2	18,2
NS	4	36,4	54,5
Falso	5	45,5	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

A indagação sobre a despesa de depreciação, amortização ou exaustão, foi o tema da Tabela 18. A partir dos dados apresentados, notou-se que 5 empresas, que representou 45,5%, considerou falsa a afirmativa sobre a despesa de exaustão, amortização e depreciação do ativo, no que refere-se ao seu ajuste em períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual, se houver, em uma base sistemática sobre sua vida útil remanescente, depois do reconhecimento de uma perda por desvalorização. Apenas 2 empresas (18,2%), considerou a prática como verdadeira enquanto 4 empresas (36,4%) sinalizaram que desconheciam tal procedimento

Tabela 19 – 5.8 Os gastos para encontrar recursos naturais não são reconhecidos como ativos, apenas aqueles em que resultam em descobertas de reservas.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Verdadeiro	2	18,2	18,2
NS	2	18,2	36,4
Falso	7	63,6	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Observa-se dentre as 11 entidades, que foram objetos desta pesquisa, que 18,2% tanto consideram verdadeira, como não sabem responder ao questionamento sobre os gastos com RNNR, em tempo que para 63,6%, ou seja, 7 empresas, os gastos para encontrar recursos naturais não são reconhecidos como ativos apenas aqueles em que resultam em descobertas de reservas.

Tabela 20 – 5.9 Os gastos, por exemplo, de prospecção de poços secos não são lançados como despesas, assim que se conclui que o mesmo não é rentável.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
NS	3	27,3	27,3
Falso	8	72,7	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

A Tabela 20 dispõe sobre os gastos de prospecção de poços secos. Sobre a prática contábil de não lançar como despesas os gastos de prospecção de poços secos, no momento que se conclui que o mesmo não é rentável, nenhuma empresa considerou esta prática como verdadeira, enquanto 72,7% considerou como falsa e 27,3% não soube responder.

Tabela 21 – 5.10 Quando a empresa resolve descontinuar qualquer atividade constitui a provisão para perda deste ativo, haja vista a impossibilidade de geração futura de benefícios.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Verdadeiro	8	72,7	72,7
NS	2	18,2	90,9
Falso	1	9,1	100,0

Tabela 21 – 5.10 Quando a empresa resolve descontinuar qualquer atividade constitui a provisão para perda deste ativo, haja vista a impossibilidade de geração futura de benefícios.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Verdadeiro	8	72,7	72,7
NS	2	18,2	90,9
Falso	1	9,1	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Referindo-se a constituição de provisão para perdas do ativo, a Tabela 21 questionou que quando a empresa resolve descontinuar qualquer atividade constitui a provisão para perda deste ativo, haja vista a impossibilidade de geração futura de benefícios. Neste contexto, a maioria representada por 72,7% consideraram esta conduta como verdadeira, somente 9,1% considerou falsa e 18,2% não souberam responder a tal quesito.

Tabela 22 – 5.11 O valor que é reconhecido como provisão representa a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

	Frequência	(%)	(%) Acumulado
Verdadeiro	3	27,3	27,3
NS	8	72,7	100,0
Total	11	100,0	

Fonte – Dados da pesquisa, 2010.

Nota-se na Tabela 22, que das 11 empresas pesquisadas, 8 (que representa 72,7%) não sabiam responder o questionamento feito. Já 27,3%, representando 3 empresas, apontaram tal assertiva como verdadeira, indicando que o valor que é reconhecido como provisão representa a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Nesta Tabela não tivemos nenhuma resposta falsa. Analisando este resultado, chega-se a percepção de que a maioria das empresas pesquisadas desconhecem o assunto em questão.

Analisando o conjunto de perguntas dessas tabelas é possível observar que em todas as questões foram indicadas a resposta NS (não sei). Nas Tabelas 12, 19 e 21, duas empresas, nas Tabelas 13, 14 e 20, três empresas o fizeram, nas Tabelas 16 e 18, quatro empresas assinalaram essa resposta, nas Tabelas 15 e 17, cinco empresas e na Tabela 22, oito empresas. Isto pode indicar que o respondente desconhece o assunto e isso pode ser considerado relevante, dependendo do contexto em que a empresa está inserida. Em relação as demais resposta elas variaram bastante, algumas indicando o posicionamento mais adequado, em relação as práticas contábeis e outras desconhecendo ou não possuem tais práticas.

Para mensurar a eficiência das estratégias de evidenciação socioambiental corporativa e o impacto no desempenho organizacional das empresas que exploram RNNR no estado da Bahia, utilizou-se duas abordagens: a percepção do respondente, por meio da pergunta P6, a qual objetivou avaliar a percepção dos respondentes em relação a eficácia das práticas socioambientais adotadas por sua empresa. A outra por meio da das quatro questões do grupo P7 teve como propósito medir a eficiência das práticas socioambientais, cuja medição utilizou a fórmula: Equação de Desempenho da Performance Ambiental, descrita a seguir.

$$\sum_{n=1}^4 (\text{importância do resultado } \{Q1\} * \text{influência da Evidenciação Ambiental } \{Q2\}) * 100$$

$$\sum_{n=1}^4 (5 * (\text{importância do resultado} \{Q1\}))$$

Fonte: Weil e Ross (2006), com adaptações

O conjunto de perguntas do grupo P8 buscou avaliar o grau de relação entre os investimentos em ações de Responsabilidade Social Corporativa e o desempenho organizacional, do ponto de vista do respondente.

Tabela 23 – Média e amplitude P6 – Bloco 3
P6 Assinale na escala, de 1 a 10, sua opinião quanto a eficácia das práticas socioambientais adotadas por sua empresa

N	11
Média	7,91
Amplitude	4

Fonte – Dados da pesquisa, 2010

Em relação as médias do resultado da resposta obtida (P6), quanto a eficácia das práticas socioambientais adotadas por sua empresa, a Tabela 23 revela que os respondentes acreditam que são eficazes, já que, houve posicionamento médio destas respostas acima dos níveis 3 e 4. Quanto à amplitude, como medida de dispersão que é, apresentou pontuação 4, que é a máxima possível para uma escala de 5 pontos.

Tabela 24 - Cálculo da performance ambiental conforme modelo proposto por Weil e Ross (2006)

EMPRESAS	Eficiência
Empresa 1	72,31
Empresa 2	65,88
Empresa 3	68,00
Empresa 4	52,86
Empresa 5	65,88
Empresa 6	60,00
Empresa 7	56,67
Empresa 8	70,00
Empresa 9	56,84
Empresa 10	56,84
Empresa 11	72,31
Média dos resultados	61,60

Fonte: Dados da pesquisa, 2010

A Tabela 24 demonstra o resultado da eficiência das práticas socioambientais utilizadas pelas 11 empresas da amostra. Para medir essa eficiência fez-se uma adaptação na equação desenvolvida Weil e Ross (2006), conforme está detalhado na metodologia projeto, medir a eficiência das práticas de governança em TI. Assim, constatou-se uma média de resultado de eficiência de 61,60. No conjunto das 11 empresas investigadas, as empresas 1 e 11 foram as que apresentaram os melhores resultados, ambas 72,31 de eficiência. As empresas que tiveram os menores resultados de eficiência foram as de número 7 e 4, indicando, respectivamente, 56,67 e 52,86. Com o grau de eficiência entre 60,00 e 70,00, encontrou-se 5 empresas (2, 3, 5, 6 e 8).

Analisar o resultado da eficiência das práticas socioambientais e a percepção dos administradores sobre tais práticas é um excelente indicador para apoiar à tomada de decisão

dos administradores em relação a utilização dos recursos ambientais e, conseqüentemente aprimorar a performance das práticas socioambientais.

5 Considerações finais

Com base na análise dos resultados, é possível inferir quanto as estratégias de evidenciação ambiental que 67% das empresas utilizam o relatório da administração como meio para evidenciar as ações socioambientais. As organizações que fazem uso de outra forma de evidenciação a preferência é para o modelo do Instituto ETHOS. A maioria dos respondentes afirma que a divulgação voluntária de informações socioambientais permite aos seus clientes avaliar o grau de responsabilidade social corporativa.

Quanto ao aspecto da observância das práticas contábeis para o reconhecimento e mensuração dos impactos socioambientais é possível inferir que algumas práticas estão em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Percebeu-se que em alguns itens abordados na pesquisa, as empresas demonstraram não observar, ou mesmo, desconhecer as normas contábeis para o reconhecimento, a exemplo de contas segregadas no Balanço Patrimonial, para demonstrar os ativos ambientais e divulgação dos passivos contingentes.

Em relação a eficiência das práticas socioambientais utilizadas pelas empresas do setor de extração de petróleo e gás, extração de minério e extração de minerais metálicos não ferrosos, investigadas, constatou-se uma média de resultado de eficiência de 61,60, sendo que duas empresas apresentaram os melhores resultados, ambas com 72,31 pontos de eficiência de suas práticas.

Nessa perspectiva, é possível concluir que a análise da eficiência das práticas socioambientais e, juntamente, com a investigação sobre a percepção dos administradores sobre tais práticas é um excelente indicador para apoiar à tomada de decisão dos administradores em relação a utilização dos recursos ambientais e, conseqüentemente aprimorar a performance das práticas socioambientais.

Com efeito, esta pesquisa pretendeu, dentre outros, contribuir para fortalecer as discussões sobre o modelo de reportar as informações socioambientais corporativas utilizadas pelas empresas baianas que exploram recursos naturais não renováveis; as práticas contábeis adotadas por tais empresas para o reconhecimento e mensuração dos impactos socioambientais e, a mensuração da eficácia das estratégias de evidenciação socioambiental corporativa e o impacto no desempenho organizacional das empresas.

Esta pesquisa encerra-se abrindo espaço para que a discussão do tema proposto seja ampliando nos fóruns acadêmicos e empresariais, pois é percebido que este assunto é de grande relevância, para promover o fortalecimento da gestão ambiental estadual, assim como a discussão deste assunto nos comitês e conselhos de meio ambiente e recursos hídricos e, finalmente, servir como instrumento de educação ambiental.

Referência

- ASHCROFT, P.A. **Effects of environmental exposure on U.S. and Canadian firm's responses to providing recommended environmental disclosures**. Dissertation (Doctor of Philosophy), Texas A&M University, may, 1999.
- BARTH, M.E.; MCNICHOLS, M.F.; WILSON, P. G. Factors Influencing Firms' Disclosures about Environmental Liabilities. **Review of Accounting Studies**,1997.
- BLACCONIERE, W. G. and D. M. Patton Environmental Disclosures, Regulatory Costs and Changes in Firm Value, **Journal of Accounting and Economics**, 18: 357-377, 1994.
- CALIXTO, L. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras – de 1997 a 2005. **UnB Contábil**, UnB, Brasília, vol. 10, n. 1, p. 9 – 37, jan/jun. 2007. Disponível em: <http://vsites.unb.br/cca/unbcontabil/Volumes/V10n1/artigo_1.pdf>. Acesso em 02 de fev. 2011.
- CARVALHO, L. N. RIBEIRO, M. S. **A posição das instituições financeiras frente ao problema das agressões ecológicas**. In: **IX Semana de Contabilidade do Banco do Brasil**. São Paulo: FEA/USP, 2000.
- CAVALCANTE, Carmem Haab L. **Divulgação e transparência de informações ambientais**. **RBC Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XXXV. N.º 159. Brasília: CFC, mai/jun de 2006, p. 59-73.
- CLARKSON, Peter M.; LI, Yue c, RICHARDSON, Gordon D.; VASVARI, Florin P. **Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis**. In: **Accounting, Organizations and Society xxx** (2007) xxxxxx. ARTICLE IN PRESS.
- CORMIER D., MAGNAN M., MORARD B., "Corporate environmental performance: its effect on market valuation", **Ecological Economy**, vol. 8, No. 2, 1993.
- COSTA, Rodrigo; MARION, José. A uniformidade na evidenciação das informações ambientais. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v.43, p.20-33, 2007.
- CUNHA, J. V. A. da; RIBEIRO, M. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração - Eletrônica**, v.1, n.1, 2008.
- DEEGAN, C. and RANKIN, M. An analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully by the Environmental Protection Authority. **Accounting, Auditing and Accountability Journal** 9 2, pp. 52–69, 1996.
- DEEGAN, Craig.; RANKIN, Michaela.; TOBIN, John. An Examination of the Corporate Social and Environmental Disclosures of BHP From 1983-1997. **AAAJ- Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v.15,n.3,p, 312,343,2002.

FREEDMAN, M., & WASLEY, C. (1990). The association between environmental performance and environmental disclosure in annual reports and 10 Ks. *Advances in Public Interest Accounting*, 3, 183-193.

GUBERT, S. Tatiane e GOMES, Sonia M. da Silva. **Recursos Naturais Não Renováveis: procedimento contábil de duas empresas brasileiras**. Anais do XXXI Encontro Anpad, 2007.

HACKSTON, D. and MILNE, M. Some determinants of social and environmental disclosures in New Zealand companies. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* 9 1, pp. 77–108, 1996.

INGRAM, R. W., & FRAZIER, K. (1980). Environmental Performance and Corporate Disclosure. *Journal of Accounting Research*, 18(2), 614-622. Autumn.

MARTINS, Eliseu, RIBEIRO, Maisa de Souza. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente**. Revista Interamericana de Contabilidade, nº 60, p.31-40, out/dez 1995.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. São Paulo: USP, 2002. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade), FEA/USP, Universidade de São Paulo, SP, 2002.

PATTEN, D. M. 'Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: A note on legitimacy theory', *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 17, Iss. 5, pp. 471-475, 1992.

RICHARDSON, A.; WELKER, M. Social disclosure, financial disclosure and the cost equity capital. *Accounting, Organizations and Society*, (26):597-616, 2001.

WISEMAN, J., 1982. An evaluation of environmental disclosures made in corporate annual reports. *Accounting, Organizations and Society* 7, pp. 53–63, 1982.

TINOCO, João E. P. KRAEMER, Maria E. **Contabilidade e gestão ambiente**. Porto Alegre: Atlas, 2004.